

Finanças

16 JUL 1991

ACERTO EXTERNO

Governo apresentará ao FMI um superávit de 6% no primeiro trimestre

por Claudia Safatle
de Brasília

A performance das contas públicas no primeiro trimestre deste ano foi excepcional, atingindo a casa dos 6% do Produto Interno Bruto (PIB), de superávit entre janeiro e março últimos. Esse resultado, porém, foi episódico, fortemente influenciado pelo congelamento do BTN e da política de juros moderados nos primeiros meses do Plano Collor II.

Os técnicos oficiais, responsáveis pela formulação da política fiscal, não estão otimistas quanto à possibilidade de um equilíbrio no conceito operacional (que mede o saldo dos financiamentos do setor público não-financeiro, exclusive as correções monetária ou cambial) para este ano. São muitas as incógnitas do lado dos gastos e pouco a fazer na coluna das receitas, ao longo dos próximos seis meses.

Hoje, com a chegada da missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) à Brasília, começam as negociações em torno de um acordo "stand-by", que será, contudo, precedida da conclusão da avaliação das contas macroeconômicas até agora obtidas (conforme os termos do artigo 4 do convênio constitutivo do FMI). O foco principal desse acordo será direcionado para a questão fiscal, um problema que tem merecido a atenção do FMI há mais ou menos oito anos, sem que se tenha conseguido uma solução definitiva para a insolvência do setor público, até agora.

A equipe do ministro da Economia, que ainda ontem estava se preparando para o início das negociações, não tem respostas para inúmeras decisões que deverão ser tomadas nos próximos meses, que influenciam diretamente a caixa do Tesouro Nacional: uma política salarial para o funcionalismo público, uma revisão da Medida Provisória 297 (que, entre outras coisas, reduziu para até três dias o prazo de recolhimento dos tributos após o fato gerador) e um acordo para a rolagem das dívidas dos estados e municípios. Incógnitas que serão repassadas à equipe do FMI.

REFORMA FISCAL

Mesmo sem ter um quadro brilhante, do lado fiscal, para apresentar ao FMI — como um dos pontos cruciais da política de estabilização —, a equipe econômica do governo brasileiro tentará montar uma trajetória de saneamento financeiro do estado para os próximos anos, com uma curva também decrescente da taxa de inflação. "Uma política de estabilização requer tempo", justificou um dos participantes da negociação. Eles vão discutir, com os funcionários do FMI, os termos da reforma fiscal que o ministro Márcilio Marques Moreira pretende colocar em curso a partir de setem-

bro próximo, para começar a vigorar no ano que vem.

É em busca de tempo e do máximo de recursos possíveis junto ao FMI que o ministro da Economia definiu junto à direção do Fundo começar, neste ano, com um acordo "stand-by", que, se der certo, deverá se transformar num "extended fund facility".

Um acordo "stand-by" pode ter duração de até três anos — embora o ministro queira no máximo dezoito meses — e um acesso médio de 50% das contas que o País tem junto ao FMI.

O total de cotas, hoje, é de cerca de 1,461 milhão de Direitos Especiais de Saque (DES), cuja cotação estaria na faixa de US\$ 1,34 — resultando, assim, num total de cotas equivalente a US\$ 1,95 bilhão. Esse tipo de entendimento pressupõe um programa econômico, assim como os acordos ampliados, fundamentados em critérios de performance trimestrais, cujo cumprimento condiciona a liberação dos recursos da instituição.

Os critérios de performance são: política fiscal (com metas para as contas públicas no conceito operacional e nominal), política monetária (com metas para o crédito interno líquido, que leva em conta também o comportamento das reservas cambiais) e endividamento externo.

AVANÇOS

O acordo do tipo "extended fund facility", nos últimos anos, tem avançado em busca de compromissos além dos cinco critérios de performance do "stand-by", e permite o acesso de até 70% das cotas do FMI como empréstimos ao País. Os desembolsos também estão condicionados ao cumprimento das metas acordadas e tem havido menções a questões como proteção ambiental e distribuição da riqueza, nos acordos ampliados recentemente firmados com o FMI.

Na fase de negociações pós-"Plano Brady" foram introduzidas algumas inovações nos arranjos financeiros do FMI aos países que buscam acordos de refinanciamento de dívidas externas. Assim, o País tem podido usar até 30% do financiamento para operações de redução de dívida com bancos privados. Recursos adicionais de até 40% da cota podem ser sacados também para colateralizar operações de redução do pagamento de juros. Para conceder esses financiamentos, contudo, são duas as condições básicas: um programa de ajustamento com soluções estruturais e operações de redução de dívida totalmente voluntárias, com base nas regras do mercado financeiro internacional.

As negociações com o FMI começam hoje, não têm prazo para terminar e até ontem à noite não havia sido indicado pelo ministro da Economia o interlocutor que coordenará a montagem desse acordo.